

MEMÓRIA XXI REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 23 de março de 2006.

Local: Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar.

LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição
Alberto da Rocha neto	MMA
Alexandre Trajano de Arruda	MME
Ana Maria Vekic	ANVISA
Fernando F. Carneiro	ANVISA
Fernando Sobrinho	FUNDACENTRO
Fernando Vieira Sobrinho	FUNDACENTRO
Grasiele A. T. S. Ribeiro	MTE
Itamar José Rodrigues Santos	CUT
Júlio Sérgio de Britto	MAPA
Junia Maria de Almeida Barreto	MTE
Márcio ^a Mariano da Silva	FBOMS
Marco Antônio Borba	CGVAM/SVS
Maria Inez Resende Cunha	MI
Marília Marreco Cerqueira	MMA
Marta M. F. Laudares de Almeida	ABIQUIM
Rafael Freire Coelho	MCT
Sérgia de Souza Oliveira	MMA
Taís Augusto Pita Cotta	UnB
Victor Zular Zveibil	MMA

O Secretário de Qualidade Ambiental do MMA, Dr. Victor Zular Zveibil, presidente da CONASQ, deu as boas vindas aos presentes. A representante do MMA, Dra. Marília M. Cerqueira, saudou a todos, desculpou-se por não ter podido estar presente na reunião em Porto Alegre e enfatizou a necessidade de integração das atividades executadas por todas as instituições com referência à segurança química. A seguir, teceu alguns comentários sobre as áreas de trabalho dentro do PRORISC, tais como:

- P₂R₂: Enfatizou as reuniões que vêm ocorrendo para estruturação das Comissões Estaduais e o mapeamento de áreas de risco. Em adição o Dr. Victor lembrou da reestruturação por que passou o IBAMA e enfatizou a sua importância para o incremento na implementação das atividades deste Programa.
- Produção mais Limpa (P+L): Enfatizou essa área ressaltando a diminuição dos riscos das atividades a partir da adoção de princípios e tecnologias que tem como finalidade diminuir o uso de insumos e reduzir a produção de resíduos, dando como exemplo o Estado de São Paulo, que já possui uma mesa-redonda de discussão sobre P+L e a necessidade de expansão destas atividades para outros estados, num trabalho conjunto com o SEBRAE, SENAI e demais parceiros em potencial. Destacou que o intuito é trabalhar com a cadeia produtiva de interesse do estado, publicando manuais em português e, se possível em espanhol, para os demais países da América do Sul.
- Convenção de Roterdã: deve ser priorizada a informação sobre as decisões de importação do Brasil para a população, empresas exportadoras, e demais interessados, através do site da SQA, na página do MMA. Ressaltou a similaridade deste consentimento com a Convenção de Basileia. Um dos principais problemas encontrados para o pleno funcionamento da Convenção refere-se à nomenclatura das substâncias, uma vez que o Brasil adota a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o que não ocorre com os países que não fazem parte deste Bloco.

- Convenção de Estocolmo: foi salientado que nenhuma das substâncias candidatas a entrar no Anexo A (Banimento) da Convenção é utilizada no Brasil. Quanto às dioxinas e furanos, relatou a existência de apenas um laboratório nacional, particular, capaz de efetuar análise destes compostos, mas um laboratório da CETESB, através de um convênio mantido com o MMA, deve ser capacitado para realizar tais análises, devendo estar pronto em setembro deste ano. O Brasil se propôs a ser a sede regional da Convenção, porém outros países (Uruguai e Argentina) também o querem e a inauguração deste laboratório seria importante para fortalecer a candidatura brasileira.
- Mercúrio: relatou-se a confecção de um projeto, junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), referente à prevenção da contaminação por mercúrio, principalmente em garimpos de ouro e a sugestão de se trabalhar em um Plano Global, já que o tema compõe a pauta do PNUMA, mesmo com a desaprovação dos Estados Unidos.

A Secretaria Executiva da CONASQ, Dra. Sérgia, abordou as atividades exercidas em 2005 e aquelas previstas para 2006. As principais atividades realizadas em 2006 possuem relação com as seguintes áreas: P2R2, resíduos, áreas contaminadas, produção mais limpa, agrotóxicos, convenções internacionais (Roterdã, Estocolmo, Basileia), amianto e mercúrio. Para 2006 os grandes grupos de ações estão relacionados à: gerenciamento de pneumáticos, PRTR, áreas contaminadas, produção mais limpa, dioxinas e furanos, sistemas de tratamento térmico de resíduos, convenção de Estocolmo, P2R2 e Mercosul.

O representante da FUNDACENTRO fez apresentação das ações de sua instituição para o ano de 2006, abrangendo: GHS; Eliminação da silicose; Exposição dos trabalhadores de cimenteiras que co-processam resíduos; Desreguladores endócrinos; Benzeno; Agrotóxicos de altapericulosidade; Implementação do “*Chemical Toolkit*”; Manejo de produtos inflamáveis; Capacitação em segurança química; Riscos do chumbo; Riscos em espaços confinados; Convenção OIT 174; Agentes mutagênicos/carcinogênicos; Exposição ocupacional em processos produtivos que utilizam metais; Compostos orgânicos voláteis em ambientes aeroportuários; e Avaliação de filtros químicos para amônia.

O representante da FUNDACENTRO foi questionado se, com relação aos trabalhos com carvão vegetal, estavam sendo feitas análises de dioxinas e furanos nas emissões provenientes da queima e se havia alguma investigação sobre a origem da madeira utilizada na fabricação do carvão, uma vez que em muitos casos são utilizadas plantas retiradas de mangues, unidades de conservação e outras áreas protegidas. O representante informou que o trabalho da FUNDACENTRO da Bahia tem como foco principal a exposição ocupacional às emissões, mas que maiores informações poderiam ser obtidas com a Coordenadora do mesmo, Dra. Mina Kato (alteração proposta pelo Dr. Fernando Sobrinho através de e-mail, no dia 05/05). O representante do MS informou que a Fundacentro estava analisando a presença de benzo-a-pireno nessa fumaça.

O representante da CUT atentou para os casos de óbito, sem “causa mortis” identificada, envolvendo trabalhadores rurais envolvidos com o corte de cana-de-açúcar, possivelmente em virtude do fato da queima da cana que foi previamente tratada com agrotóxicos. Supõe-se que a queima poderia estar gerando reações que acentuariam a toxicidade destes produtos, afetando os trabalhadores.

A representante da Defesa Civil informou que as prioridades para este ano são a realização de Seminário, em conjunto com a FUNDACENTRO, os 7 cursos sobre emergências químicas durante o transporte de substâncias químicas perigosas, o Centro de Desastres Naturais e a confecção da norma para fabricação de fogos de artifício (em função das eleições e da copa).

A representante da UnB relatou a existência de curso *latu sensu* e do Núcleo de estudos em

desastres, naquela universidade, bem como as atividades sobre gestão de resíduos (substâncias químicas) e a participação da UnB em eventos científicos, tais como SBPC.

A representante da ABIQUIM relatou que, para esse ano, as prioridades de sua instituição são os Cursos sobre transporte de produtos perigosos em conjunto com o SEST/SENAT, os cursos de transporte e embalagens (rodoviário e aéreo), os cursos de análise de riscos e a continuação dos trabalhos no âmbito do Programa Atuação Responsável.

A representante do MTE enfatizou ações da área de saúde e segurança no trabalho:

- Normatização: (2005) fabricação e comércio de fogos de artifício; proibição do uso de chumbo;
- Grupos tripartites: GET – Grupo dos Químicos da Convenção OIT 174 e Grupo de discussão sobre o benzeno (nacional e estaduais);
- Fiscalização: Ações-piloto de Fiscalização em empresas do setor químico (verificação do grau de implementação de itens presentes na Convenção OIT 174); Projeto estratégico de prevenção de acidentes, no qual algumas DRTs (RS, SP, BA, PE, PR, SE e RJ) realizarão ações de fiscalização (itens da Convenção OIT 174) em empresas químicas e petroquímicas.
- Publicação e Capacitação (apoio): Norma técnica dos riscos com Amônia (2005), Norma técnica dos riscos com o cloro (2006) e Capacitação quanto ao GHS (SP, BA, MG e RJ), Seminário de Prevenção de Acidentes para a Defesa Civil (RS), além da participação na Comissão do GHS – reuniões e seminários.

O MTE realizou, em 2005: quatro reuniões ordinárias da Comissão Nacional do Benzeno (CNBz); 3º Encontro Nacional de Grupos de Trabalhadores do Benzeno, em Curitiba/PR; Seminários sobre Postos de Gasolina; Projetos-piloto junto ao SIMPEAQ (do Ministério da Saúde) na área do benzeno, com a implementação do SIMPEAQ – Benzeno, sendo que, até o fim de março as empresas devem fornecer dados dos trabalhadores expostos. Em 2006 pretende-se continuar as atividades com os trabalhadores de postos de gasolina, bem como com as Oficinas de Boas Práticas.

A CUT foi questionada, pelo MMA, sobre a existência de informação relativa à denúncia de contaminação por benzeno no Espírito Santo. O representante da CUT informou que este problema saiu do âmbito da Comissão Nacional do Benzeno, em virtude de sua magnitude, e chegou ao Congresso Nacional, porém ainda não há consenso sobre as ações que devem ser tomadas, mas está previsto um evento internacional sobre o tema no referido estado.

O representante da CUT solicitou a divulgação das atividades apresentadas pela FUNDACENTRO e pelo MMA, com a finalidade de possibilitar a participação dos trabalhadores. Salientou, quanto à apresentação da Fundacentro, no que diz respeito à silicose, a existência de leis estaduais proibindo o *jateamento* de areia (por exemplo no Rio de Janeiro e talvez “nacionalmente”). Na discussão do Coletivo Nacional de Saúde da CUT, agendada para início de abril, o representante salientou que devem ser discutidas algumas ações apresentadas na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, sendo várias referentes à segurança química e, como se trata de uma política governamental, seria interessante buscar integração destas ações com as atividades de outras instituições.

O MMA apresentou três ações para discussão no âmbito da CONASQ que propiciariam uma maior integração entre as instituições:

- 1) Publicação, na forma de folheto (semelhante ao Perfil Nacional de Gestão de Substâncias Químicas), com os avanços e resultados da CONASQ nos anos de 2004 e 2005. Este folheto poderia servir como divulgação aos diversos setores envolvidos com a questão e permitiria a identificação de sinergias e de áreas prioritárias. O MMA se prontificou a envidar esforços para viabilizar financeiramente a publicação;

2) A partir das diversas Conferências Nacionais - Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Cidades e ciência e tecnologia, deveriam ser levantadas demandas e propostas referentes à segurança química, com a finalidade de identificar temas que são comuns aos diversos setores, bem como áreas de ainda não foram alvo de atenção;

3) Realizar levantamento do conteúdo programático dos diversos cursos que estão sendo promovidos pelas instituições. Esta atividade visa otimizar o conteúdo dos cursos, evitando repetições desnecessárias, bem como identificação de áreas que demandam capacitação. Neste contexto foi discutida a relevância das tele-aulas e dos cursos *on line* nas universidades. A representante da UnB informou da existência do programa “Universidade Aberta”, que conta com a participação de 8 universidades e ministra cursos de graduação a distância.

Após a discussão duas atividades foram definidas para serem realizadas até a próxima reunião, em maio de 2006:

- Indicar os temas (demandas e propostas) recorrentes nas Conferências citadas anteriormente e verificar como a CONASQ poderia responder a tais problemas;
- Identificar a necessidade de alinharmos nossas prioridades e buscarmos um trabalho integrado, em especial na capacitação, com o estabelecimento de conteúdo programático similar (com a colaboração das universidades públicas) e com abrangência em todo o território nacional.

O representante do DNPM (MME) relatou os trabalhos com **mercúrio**, em que foram realizadas atividades de fiscalização, sobretudo na região Norte. Quanto ao **amianto**, discursou sobre a participação do DNPM (MME) no grupo interministerial que discute o tema, além das ações de fiscalização no cumprimento do acordo nacional dos trabalhadores do amianto sobre seu uso seguro e apontou como uma das prioridades para 2006 os trabalhos da Comissão Permanente do Setor Mineral, coordenada pelo MTE, que por sua vez representa o grupo tripartite/CPNM no Programa Nacional de Erradicação da Silicose na mineração. No que se refere aos trabalhos com **acidentes**, destacou os trabalhos realizados em barragens/barramentos em mineração, aonde foram realizadas ações de fiscalização (que serão intensificadas este ano) e de capacitação de fiscais, principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, com a finalidade de evitar colapsos, principalmente em pequenas e médias barragens. Ainda com relação a este tema, foi colocado o trabalho de aperfeiçoamento das normas reguladoras pertinentes, sobretudo o apoio ao PL nº 1181 sobre segurança de barragens. Quanto às **poeiras minerais**, foi comentado o trabalho de aperfeiçoamento das normas existentes, principalmente pelo MTE, através da FUNDACENTRO. Com referência às agendas multilaterais, das quais participam o DNPM (MME), a agenda MTE/MME tem como prioridade os trabalhos do grupo de segurança e saúde ocupacional na mineração, já na agenda MMA/MME, enfatizou-se os resultados do Grupo de Trabalho de Mineração e Meio Ambiente que, possivelmente este ano, se transformará no Comitê Permanente de Integração Mineração e Meio Ambiente, cujo ponto primordial é a busca de soluções de conflitos entre a mineração e o meio ambiente. O representante relatou também sobre as atividades da Comissão Permanente de Crenologia (ciência que estuda as propriedades medicamentosas da água mineral), com vistas à prevenção de contaminantes em águas minerais. Para finalizar relatou os trabalhos desenvolvidos pelo MME/DNPM e CNEN relativos à prevenção da radiação nas atividades de mineração, através de medidas de proteção radiológica, a partir da fiscalização.

A representante da ANVISA encaminhou, à secretaria da CONASQ, um relatório com o extrato das atividades executadas ao longo de 2005 e teceu comentários sobre estas atividades, destacando os trabalhos de: reavaliação; revisão dos estudos de resíduos e o 1º Seminário Nacional de Agrotóxicos, Saúde e Meio Ambiente. Para 2006, destacou as seguintes atividades: **reavaliação** de dez ingredientes ativos, dentre eles: aldicarb (em função de sua toxicidade aguda e desvio de uso), lindano, pentaclorofenol, endosulfan, 2,4-D. A representante informou que até hoje foram **revisados** 2400 estudos de resíduos, faltando ainda aproximadamente 5600 estudos para serem

revisados. Foi destacada a estruturação da **RENACIAT** - Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica, com a implantação do sistema 0800, que interliga os centros de uma forma mais adequada, e a formação de profissionais de saúde para atendimento nesses centros. Os **eventos** destacados no momento foram: 38ª Reunião do Codex Alimentarius, o Simpósio de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos e a **consulta pública** da norma de Boas Práticas em Laboratórios nos estudos de resíduos.

O Sr. Secretário de Qualidade Ambiental destacou a relevância de todas estas atividades que estavam sendo apresentadas e destacou como muito importante a identificação das sinergias entre as instituições no que se refere à segurança química.

O representante do FBOMS pediu uma abordagem mais eficiente quanto ao gerenciamento dos POPs, passivos ambientais e das emissões não-intencionais, talvez utilizando o PRTR. O representante acredita que São José dos Campos seria um bom local para o uso das diretrizes do PRTR, uma vez que, ao se retirar terra para construção civil, esta é depositada em locais sem controle, sem se conhecer sua composição química, que possivelmente apresenta níveis elevados de contaminantes. Ainda se tratando da transferência de resíduos, o representante expôs o problema da transferência de passivos entre estados da União, por exemplo, entre São Paulo e Bahia. A seguir relatou problemas referentes ao mercúrio e a possível importação estimada de 300 toneladas de mercúrio no último ano, de acordo com as informações das indústrias fabricantes de lâmpadas.

A seguir a representante do MMA, Dra. Marília, salientou que o PRTR funciona a partir de informações das indústrias, com base em taxas de emissão, havendo a necessidade de estabelecimentos de taxas condizentes com as tecnologias utilizadas pelas indústrias nacionais. Informou que o México havia feito um trabalho interessante que poderia servir como base para o Brasil, em virtude das similaridades, territoriais e econômicas, entre os dois países, sendo que o mesmo começou com determinados setores da indústria e, dentro destes, com apenas algumas substâncias. Quanto ao seu funcionamento, a representante do MMA comparou o PRTR com a declaração do Imposto de Renda, ou seja, a indústria se compromete a encaminhar a informação da quantidade e qualidade do que emite, com base nos fatores de emissão estabelecidos, e cabe aos órgãos de governo checar (fiscalizar) a veracidade das informações, devido a este fato, seria interessante atrelar o PRTR a uma norma legal e vinculá-lo ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. O PRTR registra as emissões e, a partir de seus constituintes, é possível estabelecer o seu destino (água, ar, solo, se são bioacumuláveis, persistentes etc.) e, com estas informações, orientar os programas de monitoramento e controle.

A representante da ABIQUIM enfatizou a necessidade de intensificação dos esforços para as atividades de transporte de cargas perigosas e lembrou que a associação possui aproximadamente 150 empresas associadas, enquanto o Brasil tem mais de 2.000 empresas do setor de químicos.

O representante da FUNDACENTRO atentou a todos o fato de que um dos principais problemas com o transporte destas cargas é a jornada de trabalho extensa dos motoristas, cuja fiscalização compete ao MTE.

O representante da CUT ressaltou que a prioridade deve ser o levantamento das demandas retiradas das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, Saúde, Cidades e do Trabalho, o transporte de cargas perigosas e o fortalecimento da CONASQ.

O representante do Ministério da Saúde relatou a participação de seu ministério nos trabalhos relativos ao GHS, mercúrio, acidentes e solos contaminados e destacou como prioridades a mudança de modelo agrícola e a gestão segura de agrotóxicos, e propôs que cada instituição

indicasse como poderia contribuir para este fim, buscando a harmonização das ações. Para o representante, a primeira atividade dentro deste tema a ser fortalecida é a fiscalização integrada, com a participação do MMA, MTE, MS, MAPA, nos atos de fiscalização, a partir de seus representantes estaduais, não só na comercialização, como também nas propriedades onde os produtos são aplicados. O representante informou que os casos de surto de intoxicação por agrotóxicos tem aumentado a cada ano. Em paralelo a essa atividade, sugeriu a educação/concientização dos envolvidos com o uso desses produtos como forma de controle dessas intoxicações.

A representante da ANVISA propôs como prioridades: o fortalecimento da CONASQ, o resgate das demandas a partir das Conferências Nacionais e a união de esforços na fiscalização.

A representante do MMA ressaltou como problemática a baixa participação dos estados, através da ABEMA, nas reuniões da CONASQ e apresentou como uma possível solução a execução de dois ou três seminários menores da CONASQ em diferentes estados, ao longo de um ano, ao invés de apenas um ao fim do ano. Os presentes concordaram.

O MMA relatou a reunião do SAICM, ocorrida em Dubai, destacando que ainda não existe um relatório oficial da reunião disponível. O Programa de Ação Global (com metas), ainda permanece sem consenso quanto às ações a serem executadas, mas será anexado ao relatório como um documento extra-oficial. Pontos de acordo: declaração de ministros, similar àquela confeccionada após a reunião de Viena, e o documento sobre estratégia política. O Brasil, antes da consulta regional sobre o SAICM, ocorrida em Punta del Este, havia feito um trabalho sobre o Plano de Ação Global e estabelecido suas prioridades. Este documento foi discutido em Punta Del Leste e, posteriormente, foi discutido no âmbito do Mercosul, na tentativa de estabelecer uma estratégia para o bloco, no que se refere à segurança química, numa estrutura similar ao SAICM. Este trabalho vem sendo realizado por meio de discussões no Subgrupo Técnico 6 do Mercosul (SGT 6). A representante apontou a última versão do documento o Plano de Ação Global como mais um insumo para o levantamento das prioridades. A reunião de Dubai aprovou a indicação do PNUMA (UNEP) como Secretariado do “Acordo”.

Foi apresentado o “Programa de Início Rápido”, dentro do qual a UNITAR apresentou um programa de capacitação para os países que ainda não possuem Comissões Nacionais, Perfis de Gestão de Substâncias Químicas ou outros mecanismos de integração. O representante da FUNDACENTRO, entretanto, ressaltou que, frente à escassez de recursos financeiros esta seria uma boa oportunidade, mas concordou com os participantes que o caso do Brasil não condiz com o país alvo da UNITAR.

A FUNDACENTRO solicitou que o SAICM fosse divulgado, tanto na Reunião de Alto Nível Político da CONASQ, com os Secretários Executivos, que se pretende realizar, como nos seminários da Comissão e questionou sobre a existência de alguma proposta de implementação do SAICM. O MMA informou que o Secretariado iria montar uma equipe exclusiva para o SAICM e de seu Programa de Início Rápido, porém, não existe uma previsão temporal. No momento a tarefa de cada país é retirar do Plano de Ação Global as suas prioridades e acredita que, a partir do momento em que estamos reunidos na reunião da CONASQ, definindo prioridades, objetivando o fortalecimento da Comissão, já estamos implementando o SAICM, já que não há uma determinação formal do Secretariado de como isso será feito.

A reunião foi encerrada à 17:30 horas após aprovação da data de 9 de maio de 2006 como data da realização de uma reunião extraordinária.